

PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (PNEE)¹ NA DANÇA: UM ESTUDO DE CASO

Albertina ROSSI²
Teresinha ROSSI³

RESUMO

Este artigo teórico-prático tem por objetivo levantar a questão da inclusão social na escola e a dança. Nesse sentido, salientou-se o direito à educação para todas as pessoas, independentemente das diferenças individuais, dando enfoque à questão da dança oferecida como atividade extraclasse a alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE). A pesquisa foi realizada em Blumenau/SC, cuja prefeitura criou a Fundação Pró-Família, a qual promove, para o bem-estar das famílias blumenauenses, em situação de risco social ou com situação econômica comprometida, Programas Externos, entre outros, o de Dança, em horário oposto ao da escola. A investigação foi realizada por meio de relatos de uma aluna com Retardo Mental Moderado (RM), que participa do referido Programa; de seus familiares e de sua professora de dança, de modo a averiguar o encaminhamento da inclusão na dança do Programa da referida Fundação. Concluiu-se que, tanto na visão dos autores pesquisados quanto na das pessoas entrevistadas para a realização prática do presente artigo, as Escolas de Ensino Regular, de modo geral, parecem não estarem devidamente preparadas para a inclusão. No caso da inclusão no Programa de Dança, aqui focado, apesar de a Fundação Pró-Família de Blumenau oferecer Formação Continuada aos seus professores e uma sala de dança com infraestrutura necessária para atender a diferentes necessidades educacionais especiais, a exclusão ainda parece ser uma constante nesse meio. Tal fato ocasiona um misto de incompetência, impotência, frustração e, por conseguinte, certo desconforto por parte de todos ali envolvidos.

Palavras-chave: Dança. Inclusão social. Inclusão escolar. Portadores de Necessidades Educacionais Especiais. Fundação Pró-Família de Blumenau.

¹ A sigla PNEE significa, em todo o presente estudo, *Portadores de Necessidade Educacionais Especiais*.

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2003. É Professora na área de Educação desde 1998..

³ Graduada em Educação Artística, no ano de 1993, em Artes Cênicas, no ano de 2002, pela FURB – Fundação Universidade da Região de Blumenau. Atua como Professora de Dança, pela Prefeitura de Blumenau, desde o ano de 1993. teterossi@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Tudo dança hospedado numa casa em mudança.
(Paulo LEMINSKI)⁴

Em todo o mundo, conforme circula na mídia e em estudos realizados, milhões de crianças e de adolescentes com necessidades especiais parecem estar sendo excluídos do processo social e educativo. Apesar de a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS⁵, em 1948, a CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS⁶, em Jomtien, na Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em SALAMANCA⁷, na Espanha, em 1994 terem afirmado e reafirmado o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais, a exclusão da pessoa com necessidades especiais, ainda é uma constante em nossa sociedade.

Atualmente muito se fala sobre a inclusão social na escola, mas nem sempre se vê isso efetivamente na prática. O princípio democrático social da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam para atender a todos os alunos, não apenas alguns deles, quais sejam: os alunos portadores de necessidades especiais. O processo de inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, exige da escola e dos profissionais da educação novos posicionamentos, é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais das escolas de nível básico, médio e superior.

No Brasil, aonde esse problema vem sendo discutido há várias décadas, pode-se observar movimentos sociais e educacionais comprometidos com os debates relativos à inclusão social e escolar. Nessa perspectiva, com a política da educação inclusiva, o corpo docente de muitas instituições do ensino regular tem sido preparado para trabalhar com diversos tipos de necessidades especiais, ou melhor, de diferenças que os alunos possam apresentar. O intuito é de realmente garantir a estes, os mesmos direitos de qualquer cidadão brasileiro, conforme estabelece a Constituição Federal (BRASIL, 2006).

⁴ Disponível na página: <http://www.tanto.com.br/Leminski.htm>. Acesso em 07/06/2011.

⁵ Disponível no site: <http://openlink.br.inter.net/aids/declaracao.htm>. Acesso em 05/06/2011.

⁶ Disponível na site: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 05/06/2011.

⁷ Disponível na site: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf. Acesso em 05/06/2011.

Esse movimento em prol da inclusão social e educacional pode ser constatado na cidade de Blumenau/SC. Nesse local, a prefeitura criou a Fundação Pró-família, por meio da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005 (BLUMENAU, 2005). O objetivo geral dessa Instituição é de promover o bem-estar das famílias blumenauenses que se apresentam em situação de risco social ou em situação econômica comprometida. A referida Fundação, busca por meio dos programas como os da Criança e do Adolescente, da Terceira Idade e Voluntários em grupos organizados, orientados pelas políticas públicas a cada público-alvo, um aprimoramento que diz respeito ao desenvolvimento e promoção humana.

Na programação voltada à criança e ao adolescente, são oferecidos os Programas Externos (Dança, Folclore, Esporte, Capoeira, Violão e Flauta) em horário oposto ao da escola. Esses Programas Externos dividem-se entre quarenta e um pólos distribuídos nos bairros do referido Município, atendendo, dessa forma, as crianças e adolescentes em suas comunidades.

Sendo assim, no que diz respeito à inclusão, a Fundação Pró-Família de Blumenau/SC está investindo na Formação Continuada dos professores que integram seus Programas, bem como na infraestrutura necessária para atender pessoas portadoras de necessidades especiais. No caso da dança, por exemplo, foco do presente estudo, a Fundação Pró-Família construiu uma sala com infraestrutura para tal fim que consegue atender a diferentes portadores de necessidades especiais⁸.

Desse modo, diante do acima exposto, este artigo teórico-prático tem como objetivo geral verificar a questão da inclusão social na escola e a dança. Nesse sentido, pretende-se, especificamente: relatar o direito social e educacional para todas as pessoas, independentemente das suas diferenças individuais, dando enfoque à questão da dança oferecida como atividade extraclasse a alunos portadores de necessidades especiais; averiguar o parecer que os envolvidos no Programa Externo de Dança da Fundação Pró-Família de Blumenau.

A investigação, para o levantamento de dados a serem aqui analisados, constitui-se de relatos informais de algumas pessoas entrevistadas, as quais descrevem suas impressões a respeito do encaminhamento da inclusão na dança no Programa da Fundação Pró-Família de Blumenau/SC. Em síntese, foram

⁸ A infraestrutura da sala contempla os seguintes quesitos: entrada para cadeirantes; fita em alto relevo para deficientes visuais; no seu subsolo há um equipamento de som que promove a vibração no piso da sala e uma professora que está se aperfeiçoando para atender a todo público da dança – seja com ou sem necessidades educacionais especiais.

entrevistados três núcleos de pessoas. A primeira entrevistada foi uma aluna PNEE de quinze anos, cujo laudo (BLUMENAU, 2011) a especifica como portadora de Retardo Mental Moderado (RM), com comprometimento importante do aprendizado e do comportamento (sexualidade exacerbada). A referida aluna participa do Programa de Dança Extraclasse da referida Fundação. O segundo núcleo entrevistado diz respeito à professora de dança da aluna em questão e, por último, são entrevistados familiares da aluna (mãe e irmã) e familiares das demais alunas que participam do Programa de Dança aqui referenciado (03 mães, 01 avô, 03 irmãos e 02 tios). Ressalta-se que, por questões éticas, não se mencionará neste artigo os nomes dos entrevistados. Salienta-se que, por motivos éticos, não se mencionará nomes dos entrevistados nesse trabalho. No caso da referida aluna PNEE, para evitar qualquer possível associação futura por alguma coincidência homônima com o nome da mesma, e também a pedido da mãe da aluna, dar-se-á a ela o nome fictício *Amada*.

Para o presente trabalho, partiu-se da hipótese de que as Escolas do Ensino Regular, de modo geral, ainda não estão devidamente preparadas para atender a todo tipo de público portador de necessidades especiais no meio da dança. Tal situação seria uma consequência da falta de infraestrutura para atender a esse público? Seria uma consequência do despreparo na e da formação dos profissionais envolvidos no processo de inclusão? Esse hipotético despreparo levanta outra hipótese: a de que os envolvidos no processo de inclusão social e escolar não se sentem à vontade diante da situação; os professores de dança se sentem impotentes diante da falta de estrutura e formação adequadas, enquanto que os alunos de dança, portadores ou não de alguma necessidade especial, e seus familiares acabam ficando desconfortáveis diante de todo o problema. Entretanto, acredita-se que, um trabalho de conscientização social realizado com todos os envolvidos nos Programas da Fundação Pró-Família nas escolas de Blumenau, possa vir a mudar o quadro da exclusão, tanto social quanto escolar, e, quiçá, não só no meio da dança, mas em todos os demais.

Assim sendo, o presente artigo, além da introdução e da conclusão, apresentará, na sua sequência, o referencial teórico sobre o tema ora proposto para, em seguida, relatar o resultado das análises dos dados levantados.

A INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA

Conforme salientam Prado e Marostega (2001)⁹, "a história revela para a humanidade o caminho da exclusão social e humana do homem". As referidas autoras salientam que, no passado, a pessoa que apresentasse algum tipo de comprometimento físico ou mental era banida da sociedade por meio de barbáries como, por exemplo, a morte. Atualmente, esse tipo de eliminação social já não é mais praticado. Entretanto, a exclusão social, mesmo que sutil ou em outras proporções, ocorre por outros meios e em lugares próprios para tal finalidade como, por exemplo, cadeias, asilos e até mesmo nos ambientes escolares. Marques (*apud* MANTOAN, 1997, p.20) enfatiza que "enquanto a pessoa está adequada às normas, no anonimato, ela é socialmente aceita. Basta, no entanto, que ela cometa qualquer infração ou adquira qualquer traço de anormalidade para que seja denunciada como desviante".

Não faz muito tempo, a escola também foi um lugar de exclusão a tal ponto de separar o "diferente" em pólos divergentes dos de Ensino Regular. A esse respeito, Sasaki (1997, p. 31), salienta que "a década de 60, por exemplo, testemunhou o *boom* [*sic*] de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de habilitação, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clube sociais especiais, associações desportivas especiais". O objetivo aparente dessas instituições era o de proteger o "diferente" e, após, reintegrá-lo ao convívio social. Todavia, na realidade, conforme enfatizam Prado e Marostega (2001), tais instituições estavam considerando muito mais a questão social do que o desenvolvimento como um todo dos tidos como "diferentes". Ora, o próprio termo *reintegração* já traz inerente a ideia da *desintegração*. De acordo com Marques (*apud* MANTOAN, 1997, p. 20), "só é possível reintegrar alguém que foi desintegrado do contexto social e está sendo novamente integrado".

A pessoa portadora de alguma deficiência convive socialmente e, na maioria das vezes, com sua família em igrejas, parques, clubes entre outros locais públicos. Entretanto, este convívio nem sempre se estendeu à escola e em outras áreas da sociedade porque é colocada como um ser diferente. A esse respeito, Mader (*apud* MANTOAN, 1997, p.45) aponta como causa os seguintes conceitos básicos:

⁹ Disponível na página <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2001/01/indice.htm>. Acesso em 01/06/2011.

Pessoas portadoras de deficiência não correspondem às expectativas, são anormais, diferentes (estigmatização); - Pessoas portadoras de deficiência não são muito capazes, são pouco produtivas ("apêndice inúteis da sociedade"), (Fernandes, 1995); - Pessoas portadoras de deficiência são estigmatizadas, o estigma cria preconceitos que, por si, gera medo, e o medo provoca ignorância e afastamento; - Pessoas portadoras de deficiência não se encaixam nos valores da sociedade.

Diante disso, criou-se a educação individual de portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE) como forma de aproximação com os seres normais, a fim de desenvolver sua normalidade para melhor integrá-lo por meio de sua aprendizagem. Segundo Sasaki (1997, p.32), "a ideia inicial foi, então, a de normalizar estilo ou padrões de vida, mas isto foi confundido com a noção de 'tornar normais as pessoas deficientes'".

Prado e Marostega (2001) relatam que a luta pelos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, na década de 80, se torna mais presente. "Porém, foram os novos conhecimentos avançados na comunidade científica, que perceberam a integração insuficiente para o contexto, considerando que esta população não participava de maneira plena e igual aos demais". Nessa perspectiva, conforme Mader (*apud* MANTOAN, 1997), considerando que a diferença é inerente ao ser humano, e, reconhecendo a diversidade como algo natural, em que cada ser pode usar de seus direitos coletivos na sociedade, um novo conceito surge em defesa dos PNEE, qual seja: *inclusão*. Sasaki (1997, p. 41) conceitua *inclusão social* como "o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade". Nesse sentido, o indivíduo portador de necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, formas para o seu desenvolvimento geral de maneira que, estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta às suas limitações.

Nesse panorama, Sasaki (1997, p.42) argumenta que:

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e

utensílio, mobiliário e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais.

Assim, sendo a escola uma instituição criada para educar, mediar na construção do conhecimento, desenvolvimento global, social e cultural para as pessoas, tem para si uma gama de responsabilidade considerável com relação à questão da inclusão social. Afinal, conforme salienta Mander (*apud* MANTOAN, 1997, p.13), é por meio "da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tenham papel muito importante, é da escola a maior parcela". Vale ressaltar que os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS (BRASIL, 2001) estabelecem orientações para a educação, utilizando, para tal, a teoria cognitivista sociointeracionista de Vygotsky. Tal teoria prevê que "o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento" (CARNEIRO, 1991, p.101).

Assim sendo, a inclusão requerer da Escola Regular uma nova estrutura, um novo conceito em relação à formação do futuro cidadão e uma visão renovada de seus conceitos e pré-conceitos com relação ao diferente. Afinal, o processo de inclusão pretende definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos, com direitos deveres e garantias iguais como prevê a Constituição Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2006).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, Incisos II e III), e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (Art. 5º) e trata, no art. 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho". Não obstante, a Constituição elege como um dos princípios para o ensino, a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" (Art. 206, Inciso I).

A Constituição do Brasil, ao garantir a todos o direito à educação e ao acesso à escola, não usa adjetivos. Assim sendo, segundo Mantoan (2003)¹⁰:

Toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. Apenas esses dispositivos bastariam para que não se negasse a qualquer pessoa, com e sem deficiência, o acesso à mesma sala de aula que qualquer outro aluno. Um dos argumentos sobre a impossibilidade prática da inclusão total aponta os casos de alunos com deficiências severas, múltiplas, notadamente a deficiência mental, os casos de autismo. A Constituição, contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode realizar-se em ambientes segregados.

No Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 205, a Constituição prescreve em seu art. 208, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Nessa mesma linha de conduta, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996a), em seu Capítulo V, Art. 58, da Educação Especial, coloca que se deve entender "por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". O atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular desde a educação infantil à Universidade.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1996b) também recomenda, em seu Art. 15, que "a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento" e, acrescenta no seu Art. 53, que "a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa [...] assegurando-se lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".

¹⁰ Disponível na página: Disponível na página http://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=inclus%C3%A3o+social+NA+ESCOLA&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1. Acesso em 03/06/2011.

Diante disso, o desafio dos profissionais da educação é o de trabalhar por uma escola inclusiva e com qualidade de ensino/aprendizagem. A escola, com seus profissionais, deveria assumir este compromisso, acreditando que as mudanças são possíveis desde que haja uma transformação nos atuais moldes do ensino, sendo "a escola é uma das instituições (senão a principal) responsável pela construção desta sociedade, atendendo a todos indiscriminadamente" (THOMA, 2000, p.50).

Por fim, ressalta-se que, ao incluir o aluno com deficiência na Escola Regular, está-se exigindo dessa instituição "novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas" (MANTOAN, 1997, p.120). Para uma equalização da inclusão social na escola, não se deve estender seu domínio apenas para as aulas curriculares, mas, também, para as aulas extracurriculares. Atualmente, podem-se encontrar Programas oferecidos, ou pela Secretaria da Educação de determinado Estado ou de Prefeituras, entre outros órgãos, que contemplam atividades extraclasse aos alunos interessados em participar. Esse é o caso, por exemplo, da Fundação Pró-Família, da cidade de Blumenau/SC (BLUMENAU, 2005), conforme descrito na introdução deste artigo. Um dos Programas que esta Fundação oferece é o da Dança, interesse do presente trabalho. Assim, sendo, cabe levantar, a seguir, alguns aspectos sobre a questão da inclusão e a dança, de forma a salientar seus benefícios e sua importância nesse contexto.

INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA E A DANÇA

A dança na vida do ser humano, para Achcar (1998, p. 14), é fundamental, tanto para sua formação artística quanto para sua integração social. Tudo porque a dança desenvolve os estímulos de seus praticantes como:

Tátil – sentir os movimentos e seus benefícios para seu corpo. **Visual** – ver os movimentos e transformá-los em atos. **Auditivo** – ouvir a música e dominar o seu ritmo. **Afetivo** – emoções e sentimentos transpostos na coreografia. **Cognitivo** – raciocínio, ritmo, coordenação. **Motor** – Esquema corporal. As atividades propostas visam o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e flexibilidade.

Além disso, conforme Achar, a dança possibilita também trabalhar aspectos como a criatividade, musicalidade, socialização e o conhecimento da dança em si. A dança pode promover, assim, a consciência corporal, criatividade, socialização, comunicação, bem-estar, entre outros benefícios. Cabe lembrar, conforme salienta Baxman (apud GOMES 2011)¹¹, que Rudolf Laban (1879-1958), conhecido como o pai da dança educacional, já reclamava à dança o sentido da comunicação multidimensional característico de tempos antigos, cuja linguagem dançada possibilitava a mobilidade e a comunicação integrais (mente, corpo e emoção reunidos).

Gomes (2011, p.778) ressalta que, na concepção de Rudolf Laban, a perspectiva do movimento era holística como um processo, de forma que os segmentos do corpo, das formas, do espaço e das relações se combinam, mas não formam o todo, sendo o todo mais do que as partes. Gomes (2011, p. 778) diz que a obra de Laban ressalta uma característica de trânsito pela diversidade, uma vez que está presente na sua opção de não trabalhar apenas voltado para a dança e para dançarinos. "Ao mesmo tempo em que reivindicava a dança um exercício de integração por meio das experiências extáticas, desejava torná-la acessível também aos trabalhadores de outros segmentos". No campo educacional, Laban:

Rejeitava um tipo de pedagogia voltada para o aperfeiçoamento das habilidades natas, que, em sua concepção, aprisionava o indivíduo às suas condições históricas. Segundo ele, a história de vida de cada pessoa faz com que ela desenvolva mais certas características e aspectos de sua personalidade que outros, e, por isso, uma educação que tenha como prioridade o desenvolvimento integral, deve investir também no despertar das zonas potenciais adormecidas (GOMES, 2011, p.781).

Gomes (p.781) salienta que por meio:

Da aplicação dos princípios e dos elementos de movimento preconizados por Laban, é possível conhecer e aprimorar o que já existe como "afinidade" pessoal, e também despertar e desenvolver as "não-afinidades", que podem estar expressas, por exemplo, na rejeição a tudo que nos parece "diferente"

¹¹ Disponível na página: <http://olympicstudies.uab.es/brasil/pdf/88.pdf>. Acesso em 02/02/2011.

Diante disso, levando em consideração o presente contexto da sociedade humana, em que se vivencia um período de transformações e de conflitos gerados pelo encontro das diferenças, como é o caso da inclusão social na escola, a obra de Laban tem se revelado bastante atual por meio das inúmeras releituras e aplicações que ela parece se permitir.

A obra de Laban de fato parece ser considerada atual a ponto de outros autores da área da dança voltada à educação também estarem se apropriando dos seus preceitos teóricos. É o caso, por exemplo, da autora Isabel Marques, que faz uso da obra de Laban, em seu livro **Linguagem da Dança: arte e ensino** (MARQUES, 2010). O referido livro objetiva oferecer novas perspectivas e ampliar saberes por meio da dança a crianças e jovens das redes de ensino e de projetos sociais. A referida autora, que colaborou na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Dança (BRASIL, 2001), discute e aprofunda neste novo trabalho a proposta metodológica da “Dança no Contexto”, relacionando-a aos estudos da linguagem e às propostas de Rudolf Laban. O cerne dessa proposta é abrir possibilidades para que professores e alunos expandam e aprofundem os conteúdos de dança e possam relacioná-los a seus cotidianos. Além disso, Isabel Marques apresenta possibilidades de transformação e inclusão social por meio do ensino da dança.

Assim sendo, e, tendo em vista o acima exposto sobre a inclusão social na escola, a dança parece, sim, ser um meio de promover a socialização, o respeito, o direito à individualidade, limites, entre outros quesitos que tanto são explorados como objetivos dos PCNs (BRASIL, 2001). Para que isso aconteça de forma que seja de fato para todos, é preciso formação para os professores e salas de dança que ofereçam condições para qualquer tipo de necessidade especial. Isso, todavia, ainda não está acontecendo a contento.

A esse respeito, Cláudia WERNECK¹², uma das principais especialistas brasileiras em inclusão, escritora e fundadora da *ONG Escola de Gente*, em entrevista enfatiza que, apesar de comemorarem o crescimento do número de alunos com necessidades especiais incluídos em escolas públicas, especialistas cobram mais qualidade no atendimento. Todavia, na mesma entrevista, Werneck

¹² Disponível na página: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=depoimentos&cod=7>. Acesso em 20/05/2011.

(2011) ressalta que, "o fato de mais alunos estarem incluídos na rede pública, não quer dizer que o atendimento seja de qualidade. O aumento da inclusão na rede pública é importante e indica um caminho, mas ele não diz se a criança está realmente tendo um atendimento de qualidade". Em entrevista a Vitor CASIMIRO¹³, Cláudia Werneck salienta que ainda há preconceito e despreparo da escola como um todo com relação à inclusão.

Ressalta-se que, quando se cobra formação dos professores e de todos os envolvidos com a inclusão, quer-se, na verdade, salientar a importância em se entender o mundo do PNEE. É preciso procurar saber, compreender, entender e aprender a lidar com cada necessidade especial que o indivíduo, como único, apresenta. Nessa perspectiva, Carneiro (1997, p.33) enfatiza que os portadores de deficiência precisam ser considerados, a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sobre esse aspecto é compreensível que a escola não tenha de consertar o defeito, valorizando as habilidades que o deficiente não possui, mas, ao contrário, trabalhar sua potencialidade, com vistas em seu desenvolvimento. Assim, segundo Carneiro, um dos fatores principais da formação para uma escola inclusiva está relacionado à capacidade de o professor reconhecer e proporcionar o desenvolvimento das potencialidades do PNEE.

Tem-se consciência que muitos dos professores envolvidos com a educação inclusiva alegam que um dos principais empecilhos para que tudo dê certo diz respeito aos próprios familiares do PNEE. Todavia, a capacitação do professor para a inclusão também deve prever formas de como sensibilizar os familiares e a sociedade como um todo para a inclusão. É preciso fazer com que todos os envolvidos acreditem realmente que, segundo o pensamento de Vygotsky (*apud* RABELO, 1999, p.20), "uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente". Rabelo (1999) acrescenta que a criança em sua essência é a mesma; precisa do outro para se socializar e crescer como pessoa e ser humano. Construir seu conhecimento por meio de sua interação com os demais fará do PNEE um ser capaz como os outros, não da mesma forma, mas com suas limitações, seus desejos, suas frustrações, seus sonhos e sua vontade de ser respeitado como gente que pensa, sofre, ama, sorri, se decepciona e que busca o que todo ser humano

¹³ Disponível na página: <http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0073.asp>. Acesso em 20/05/2011.

deseja, ou seja, ser feliz e aceito por todos. Nessa mesma direção, Rocha enfatiza que:

O aluno PNEE, que se sente seguro, tanto no trato familiar, quanto no convívio educacional, terá maiores chances de inclusão, pois a partir da integração das instituições escola e família é que poderão ocorrer as etapas do desenvolvimento cognitivo, porque se não houver disponibilidade de pais, professores, familiares e demais membros da sociedade que circundam o PNEE, para que conheçam as nuances da educação especial bem como os códigos necessários para a lide com o PNEE, não será possível haver integração e aí, estará rompido o aspecto inclusivo previsto na LDB/Brasileira.

Com isso, Rocha¹⁴ salienta a necessidade urgente de se dar ênfase aos currículos das Licenciaturas, de modo a capacitar os professores a, de fato, darem conta do processo de inclusão em todos os seus âmbitos. É preciso, então, como sustenta Rocha, instruir, preparar o professor para a inclusão e tudo o que isso implica para qualquer área em que este vier a atuar.

Desse modo, no caso da dança, Daniella FORCHETTI, em seu *Blog Dança inclusiva: um projeto para a vida*, comenta que, com a devida formação e respeito a todas as individualidades, é possível trabalhar com dança inclusiva. Segundo Forchetti¹⁵, a dança inclusiva, como arte que se propõe, "é geradora de possibilidades expressivas, seja do eu ou de um grupo. A proposta de dança inclusiva é proporcionar a todos os participantes uma igualdade de condições para desenvolver seu potencial e criar formas para que ele se sinta integrado", mas sem perder de vista suas limitações e aptidões. Por tudo isso, a inclusão na dança implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita apenas aos alunos PNEE, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

De fato, conforme salientado no começo desta seção, acredita-se que a dança é uma das formas que o indivíduo tem de desenvolver interesses e potencialidades "sufocadas" por algum tipo de necessidade especial ou não. Para

¹⁴ Disponível na página: http://www.investigalog.com/humanidades_y_ciencias_sociales/a-proposta-de-inclusao-dos-pnees-no-brasil-a-lei-n%C2%BA-939496-os-contornos-politicos-ideologicos-e-sociais-e-seus-reflexos-nos-curriculos-das-licenciaturas/. Acesso em 05/06/2011.

¹⁵ Disponível na página: <http://deficientealerta.blogspot.com/2010/02/danca-inclusiva-um-projeto-para-vida.html>. Acesso em 23/05/2011.

Andrade¹⁶, a dança hoje é percebida por seu valor em si, muito mais do que um passatempo, um divertimento ou um ornamento. Na educação, ela deve estar voltada para o desenvolvimento global da criança e do adolescente e vai favorecer todo tipo de aprendizado que eles necessitam. Uma criança que na pré-escola teve a oportunidade de participar de aulas de dança, certamente, terá mais facilidade para ser alfabetizada, por exemplo. E, uma vez entendido a riqueza das possibilidades de movimento de uma pessoa, fica impossível reduzir o ensino da dança para a repetição de alguns passos e gestos. Em vez de estudar cada movimento particular, o aluno compreende e pratica seus princípios por meio da utilização de uma metodologia específica na busca do alcance de qualidades físicas e psíquicas próprias da infância e da adolescência. Isso é um fator para estimular as capacidades e habilidades do aluno em todas as áreas que ele se envolver.

Tendo em vista o exposto até o momento, pois, a seguir será realizada a análise do caso de uma aluna PNEE que participa de um Programa de Dança.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme disposto na introdução deste artigo, pretende-se aqui analisar o parecer dos entrevistados para a realização prática da presente pesquisa, sobre o encaminhamento da inclusão social de PNEE na dança no Programa da Fundação Pró-Família de Blumenau/SC. Toda a análise gira em torno da aluna Amada, a qual, segundo os familiares e sua professora de dança, é uma pessoa esforçada e que está adorando dançar.

Aparentemente, Amada é uma pessoa que não apresenta indícios de PNEE. Entretanto, ao se conviver com a mesma, percebe-se que de fato a menina precisa de atenções especiais.

A professora de dança de Amada, apesar de participar de Formações Continuadas, tendo em vista temas, entre outros, o da inclusão social, ainda não se sente totalmente segura a respeito de como proceder eficazmente com a mesma. A sensação de impotência e de incompetência por vezes é constante. Por conseguinte, a frustração e o desconforto são presenças na vida da professora. Todavia, a professora relata que já consegue observar progressos da aluna e não só

¹⁶ Disponível na página: http://www.dyoneandrade.hpg.ig.com.br/entretenimento/17/index_int_8.html. Acesso em 18/05/2011.

com relação aos movimentos de dança. Segundo a professora, já é possível constatar um contentamento e entrosamento maior da aluna com todo o grupo e vice-versa. Só esse fato já foi suficiente para deixar a professora mais à vontade e, assim, ter mais segurança no seu trabalho inclusivo.

A aluna Amada relata que gosta muito de dançar e que a relação com seus novos colegas renova seu ânimo para o dia-a-dia. Por vezes, Amada se sente bastante chateada com o grupo, pois percebe que há uma crítica velada no olhar ou nas palavras dos seus componentes. Por outro lado, Amada diz que a dança está conseguindo fazer com que ela mesma se aceite. Muitas vezes, após a aula, ela tem vontade de desistir de tudo, pois ela acha que está atrapalhando a evolução da coreografia. Mas, quando a professora fala no respeito que devemos ter uns com os outros e com a própria coreografia, ela se anima outra vez. Amada não vê a hora de subir no palco e apresentar-se a toda uma platéia. Entre outras coisas, ela quer mostrar que todas as pessoas têm limitações e que uma delas é a de aceitar as diferenças. Amada não culpa o grupo, quando este a reprova por alguma coisa que ela tenha errado na coreografia, pois esse fato mostra que suas colegas por vezes esquecem que ela não é "perfeita" como as demais. Às vezes, Amada fica realmente chateada, mas a cada passo da dança, a cada rodopio, ela se sente renovada e não pretende desistir.

A professora relata que é realmente bem complexo trabalhar com a aluna em questão, pois o grupo segue uma coreografia e, por vezes, Amada perde a contagem dos passos e acaba ficando em lugares aonde as outras alunas teriam que desenvolver a coreografia. Quando ocorre isso há um descontentamento ou verbal ou estampado no rosto das alunas envolvidas. Há momentos em que Amada acha tudo muito engraçado, o que vem a irritar ainda mais suas colegas de dança. Por esse e outros motivos, a mãe de Amada teve o intuito de retirá-la da dança. Entretanto, foi dissuadida pela professora que relatou aos pais de Amada que percebia o quanto os olhos da menina brilhavam quando ela dançava e conversava, com toda a sua dificuldade, com suas colegas do grupo. Os pais disseram que também notavam a diferença em Amada, não apenas quando ela estava se preparando para ir às aulas de dança, mas também quando ela voltava dessa atividade. A mãe de Amada disse ainda que, após sua filha começar a participar do Programa Externo de Dança da Pró-Família, é visível também a diferença na relação que ela começou a manter com as colegas da classe do Ensino Regular. A mãe

relata com um sorriso de satisfação quando diz que a dança de fato está mudando a qualidade de vida de Amada.

Então, com o incentivo da professora de dança de Amanda, a mãe resolveu mantê-la na dança, apesar de, por vezes, a filha causar aborrecimentos para as demais alunas. Entretanto, quando isso acontece, a professora sempre arruma uma maneira de sensibilizar a todos para a questão da inclusão. Nem sempre as alunas, ou mesmo Amada, ficam satisfeitas. As alunas são perfeccionistas e querem mostrar ao público, quando da apresentação da coreografia, que são boas no que fazem. Todavia, esse argumento delas é sempre logo rebatido pela professora, a qual salienta que todo o público valorizará ainda mais a coreografia, sabendo o grupo soube respeitar as diferenças. Sempre que há uma oportunidade, a professora salienta a todos (alunos e respectivos familiares) que, no dia do espetáculo do grupo, na platéia, todos têm direito de se apresentar e de assistir; que os olhos lacrimejados de emoção também serão os de Amada e os de seus familiares e que a emoção será ainda maior se todos sentirem o respeito que há entre todo o grupo, tanto no palco, quanto na platéia.

Conforme visto acima, a inclusão social é um desafio que passa também pela compreensão de todos aqueles que entendem a educação como um direito de todos. Não basta incluir o PNEE no ambiente escolar; é necessário trabalhar em conjunto com toda sociedade com o desejo de oferecer uma educação capaz de transformar sua realidade, construindo uma sociedade onde caibam todos. A esse respeito WERNECK (1999) salienta que uma sociedade e uma escola devem ser para todos, todos mesmo, sem exceções. Werneck (2011) acrescenta que, se pudesse, acrescentaria um artigo à Declaração dos Direitos da Criança: "toda criança tem o direito de conhecer a humanidade como ela é". A referida autora defende a inclusão de todas as crianças com necessidades especiais na Escola Regular. Segundo ela, só assim os PNEE poderão contribuir com seu talento para o bem comum.

Segundo a professora de Amada, no caso desta aluna, é possível, sim, conseguir sensibilizar a todos para a inclusão e, mais do que isso, dar a devida atenção que a menina merece na aula de dança e conseguir resultados até bem satisfatórios para o grupo e muito bom para ela. Vale lembrar aqui que o resultado de qualquer atividade, conforme visto na revisão teórica acima, depende das capacidades e habilidades de cada indivíduo. Então, diante do quadro de dificuldade

de Amada, até que a mesma responde muito bem ao que lhe cabe na dança. A própria Amada, mesmo com dificuldade de falar por sua deficiência (RM), ela, a sua maneira, deixa claro todo seu contentamento em poder compartilhar o palco com as demais colegas. O que ocorre é que nem todos têm as mesmas dificuldades que Amada. E no caso de surdos e cegos? Como seria atendê-los?

Esse ponto é conflitante para a professora entrevistada. Ora, para começar, a Fundação Pró-Família de Blumenau, dispõe apenas de uma sala de dança devidamente equipada para cegos e surdos/mudos. Como atender a esse público nos demais pólos da Fundação em questão? Isso pode inviabilizar a inclusão de alunos que, por carência financeira ou por horários incompatíveis, não podem se dirigir ao local da única sala preparada para esse feito. Além disso, mesmo havendo mais salas, os professores do Programa de Dança precisariam de intérpretes para poder se comunicar com surdos/mudos.

Ou seja, para a professora e também para os pais de Amada, a inclusão está ganhando espaço com o Programa da Dança da Pró-Família de Blumenau, mas ainda caminha a passos lentos. Isso faz com que os pais acabam por desistir de colocar seus filhos (com ou sem PNEE) na dança. A mãe de Amada relatou que há pais de crianças e de adolescentes que gostariam muito de colocar seus filhos no referido Programa Externo de Dança, mas não o fazem. Apesar de saberem que, em muitos dos casos, a dança é o sonho de seu(a) filho(a), mas, para não expô-lo(a), não o fazem, mesmo sabendo que muito lhe faria bem.

Por vezes, não se acredita na inclusão, por ser ela algo que ainda não aconteceu de forma concreta. Para tal, os professores terão que inovar sua própria prática, seu próprio conceito, e isso mexe com muitas estruturas que já estão, de certa forma, enraizadas. Conforme Mantoan (1997, p.44), "as grandes inovações estão, muitas vezes, na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades". Por isso, muito já se discutiu e muito há o que discutir, pois a sociedade, de certa forma, custa a perceber as mudanças que estão ocorrendo e a processá-las em sua prática social. Apostar nessas inovações poderá ser o caminho mais seguro para a efetivação da escola inclusiva não só na dança, mas em qualquer ramo da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social é um movimento com apenas um interesse: construir uma sociedade para todos. Mesmo sendo muito recente o movimento sobre inclusão, o conhecimento das diferenças que se apresentam em cada criança que será incluída torna-se fundamental neste processo. Hoje, o grande desafio parece ser a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Nessa perspectiva, quando professores das mais variadas diversidades (re)descobrirem o valor de ensinar por meio da troca, reconhecendo seus alunos como seres capazes de realizações, interagindo com as famílias na busca por soluções de seus problemas familiares, os quais podem interferir diretamente na sala de aula de dança ou em outra qualquer, procurando apoio em todos os setores da escola na realização de tarefas conjuntas e garantindo a participação dos alunos nas decisões de sala de aula, estar-se-á construindo não apenas a escola que irá atender ao PNEE, mas a escola que atenderá a todos, ou seja, a escola inclusiva.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na Escola Regular ou em outro meio, como o da dança, decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando todos assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas os PNEE são excluídos, mas também os que são pobres, os que não vão às aulas porque trabalham, os que pertencem a grupos discriminados, os que de tanto repetir desistiram de estudar.

Nesse sentido, espera-se que este estudo tenha incitado ainda mais pessoas na contínua procura de conscientização coletiva no melhor trato do PNEE, independente das peculiaridades dos casos. Almeja-se aqui que seja destinada ao PNEE condições pessoais respeitadas, condizentes a sua participação social, e simultaneamente influenciar estudos no campo da dança como ciência e, por

consequente, seus valores de educação, reabilitação, terapia e diversão a todos, independentemente de ser ou não um PNEE.

Para tal, tem-se consciência, no entanto, que é preciso superar diversos desafios, entre eles a qualificação dos profissionais da área de educação. Assim, ressalta-se que a capacitação dos mesmos não se deve limitar à realização de cursos de treinamento ou reciclagem. Faz-se necessário um processo de educação continuada que propicie a troca constante de informações e o estabelecimento de parcerias que viabilizem a produção e a difusão de novos conhecimentos.

Acredita-se que, na busca de oferecer um ensino de qualidade para alunos PNEE ou não, numa perspectiva de educação inclusiva, um programa de capacitação precisa, urgentemente, tornar obrigatório, os estudos sobre conhecimento e prática acerca do aluno diversificado. Tal medida qualificaria os professores que trabalham no Ensino Regular e os de outros pólos, como é o caso dos Programas Sociais desenvolvidos pela Fundação Pró-Família de Blumenau/SC, bem como reforçaria os professores “especializados” nas diferentes necessidades educacionais especiais, preparando-os, assim, para uma atuação inclusiva concreta.

REFERÊNCIAS:

ACHCAR, Dalal. **Balé uma Arte**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

BLUMENAU. **Fundação Pró-Família**: Fundação do bem-estar da família blumenauense. Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005. Prefeitura de Blumenau/SC, 2005.

_____. **Laudo Médico de aluna portadora de RM**. Fundação Pró-Família: Fundação do bem-estar da família blumenauense. Prefeitura de Blumenau/SC, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394**. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1996a.

_____. Lei Federal 8069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ed. Palloti, Santa Maria, 1996b.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação – PCNS**. Congresso Nacional, MEC, Brasília/DF: Centro Gráfico, BRASIL, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.ºs 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs 1-6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

CARNEIRO, Rogéria. Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular. **Revista Integração**. Secretaria de Educação Especial do MEC, Brasília, 1997.

CASIMIRO, Vitor. **A humanidade como ela é**. Entrevista a Cláudia Werneck ao **Educacional**. Disponível na página: <http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0073.asp>. Acesso em 20/05/2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948). Disponível no site: Disponível no site: <http://openlink.br.inter.net/aids/declaracao.htm>. Acesso em 05/06/2011.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (Jomtien, Tailândia, 1990). Disponível na site: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 05/06/2011.

FORCHETTI, Daniella. Blog: Dança inclusiva: um projeto para a vida. Disponível na página: <http://deficientealerta.blogspot.com/2010/02/danca-inclusiva-um-projeto-para-vida.html>. Acesso em 23/05/2011.

LEMINSKI, Paulo. **Tanto**: literatura e arte. Disponível na página: <http://www.tanto.com.br/Leminski.htm>. Acesso em 07/06/2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

_____. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2003. Disponível na página http://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=inclus%C3%A3o+social+NA+ESCO+LA&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1. Acesso em 03/06/2011.

MARQUES, Isabel. **Linguagem da Dança: Arte e Ensino**. São Paulo: Digitexto, 2010.

PRADO, Ana Maria C. C. do e MAROSTEGA, Vera Lucia. A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais em Âmbito Social e Escolar. *In.*: **Cadernos de Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/Departamento de Educação Especial/Laboratório de Pesquisa e Documentação - LAPEDOC - . Vol. 1 - Nº 17. 90 p. Santa Maria, 2001. Disponível na página: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2001/01/indice.htm>. Acesso em 01/06/2011.

GOMES, Simone. **A teoria da diversidade na obra de Rudolf Laban, artista olímpico**. Disponível na página: <http://olympicstudies.uab.es/brasil/pdf/88.pdf>. Acesso em 02/02/2011.

RABELO, Annete Scotti. Adaptação Curricular na Inclusão. **Revista Integração**. Secretaria de Educação Especial do MEC. Ano 9, nº 21, 1999.

ROCHA, Miriam de Fátima Souza. A proposta de inclusão dos PNEE/S no Brasil, a Lei nº 9.394/96, os contornos políticos-ideológicos e sociais e seus reflexos nos currículos das licenciaturas. Disponível na página:

http://www.investigalog.com/humanidades_y_ciencias_sociales/a-proposta-de-inclusao-dos-pnees-no-brasil-a-lei-n%C2%BA-939496-os-contornos-politicos-ideologicos-e-sociais-e-seus-reflexos-nos-curriculos-das-licenciaturas/. Acesso em 05/06/2011.

SALAMANCA. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ministério da Educação e Ciência de Espanha. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Disponível na *site*: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf. Acesso em 05/06/2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

THOMA, Adriana da Silva. Os Surdos na Escola Regular: Inclusão ou Exclusão? **Reflexão e Ação**. Vol.6, n.2, jul/dez. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2000.

WERNECK, Cláudia. Entrevista sobre a inclusão. Disponível na página: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=depoimentos&cod=7>. Acesso em 20/05/2011.

_____. **Sociedade Inclusiva**: Quem cabe no seu TODOS? WVA: Rio de Janeiro. 2ª edição, 1999.